

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº      , DE 2005**  
(Do Sr. Deputado Babá e outros)

*Cria novo instrumento de democracia participativa na Constituição Federal, a fim de possibilitar a auto-convocação popular para realização de plebiscito.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os art. 14, 49, 57 e 62 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 14** A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

.....  
**XV – convocação de plebiscito. (NR)**

.....  
**Art. 49** É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....  
**XV** – autorizar referendo, convocar plebiscito e homologar convocatória popular para realização de plebiscito;  
..... (NR)"

**Art. 57** .....  
.....



2AE7DF7544

§ 3º Além dos casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:

.....  
**V – homologar a realização de plebiscito, nos termos em que foi solicitada pela convocação popular. (NR)**  
 .....

**Art. 62** .....

.....  
 § 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiverem tramitando, *ressalvados os projetos de iniciativa popular e a convocação popular para realização de plebiscito de que tratam o art. 14, incisos III e IV.*

.....(NR)”

Art. 2º Acrescente-se ao texto da Constituição Federal o seguinte art. 61-A:

**“Art. 61-A.** *Convocatória para realização de plebiscito, subscrita por um por cento do eleitorado nacional, será encaminhada à Câmara dos Deputados.*

§ 1º *Qualquer matéria poderá ser objeto de plebiscito, quando convocado pelo povo, nos termos deste artigo, ressalvados os direitos e garantias individuais previstos no art. 5º desta Constituição.*

§ 2º *A convocatória subscrita pelo número de eleitores*



*previsto caput deste artigo, não poderá ser rejeitada, devendo ser recebida e, em vinte e quatro horas, transformada em projeto de decreto legislativo, a ser homologado em sessão conjunta do Congresso Nacional, no prazo máximo de trinta dias após seu recebimento pela Câmara dos Deputados.*

*§ 5º O projeto de decreto legislativo não poderá alterar o objeto da consulta popular expresso na convocatória recebida pela Câmara dos Deputados.*

*§6º Em se tratando de convocatória que implique na antecipação de eleições, caso esta venha a ser aprovada em plebiscito, o decreto legislativo de que trata este artigo deverá fixar desde logo a data do novo pleito, que não poderá exceder o prazo noventa dias, a contar da data do plebiscito, cabendo ao Tribunal Superior Eleitoral editar as normas necessárias à realização do plebiscito e das eleições antecipadas, se aprovadas, respeitada a legislação vigente.*

*§ 7º Na hipótese do § 6º, os titulares permanecerão no exercício pleno do mandato até a posse dos novos eleitos, que se dará sessenta dias após a publicação do resultado das eleições.”*

Art. 3º Esta Emenda à Constituição Federal entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de alteração constitucional visa a criação de um mecanismo que possibilite a auto-convocação popular para realização de plebiscito. De acordo com a proposta, uma parcela significativa do eleitorado nacional – um por cento - poderá solicitar que todo o corpo eleitoral tome posição sobre determinado fato ou situação.

Nessa linha de raciocínio, venho submeter à consideração dos ilustres Pares a criação de um instrumento novo de democracia participativa, no qual o eleitorado, se dolosamente enganado, poderá reagir, convocando uma consulta plebiscitária que impeça qualquer desmando ou medida que contrarie o interesse popular.

Estima-se que hoje um número expressivo de parlamentares, da maioria dos partidos, tenham sido de alguma forma corrompidos, com o recebimento do chamado “mensalão” ou através de “empréstimos” ou de “doações”, para financiamento de suas campanhas eleitorais, de suas empresas, viagens e até de festas. Além da suspeita do envolvimento do próprio Presidente da República na compra de votos para aprovação de matérias de interesse do Governo, tais como a Reforma da Previdência, Lei de Falência, a Lei dos Transgênicos e a votação do salário mínimo.

Diante de tudo isso, a população estarrecida assiste pela televisão, a cada noticiário do dia, um novo e triste espetáculo dessa olimpíada da ladroagem, que, ao que tudo está a demonstrar, só tem campeões e os únicos perdedores são os cento e oitenta milhões de espectadores brasileiros, cada dia mais pobres, com menos oportunidades de inclusão social e mais usurpados de seus direitos.



Não me parece justificável que os representantes populares, que não deram causa ao quadro de falência ética vivida atualmente pelos Poderes Legislativo e Executivo, continuem impassíveis diante do problema, sem buscar uma fórmula que dê ao povo o direito de intervir de forma democrática contra uma situação semelhante a que estamos presenciando.

A população não pode continuar refém de um sistema eleitoral pervertido, sem dispor de qualquer instrumento político que lhe permita fazer valer a sua vontade. É inadmissível que a sociedade continue a ter como único recurso, por exemplo, aguardar as próximas eleições (no caso de senadores pode ter que esperar oito anos!) para, finalmente, livrar-se de seus supostos representantes iníquos, que descumpriram seus compromissos de campanha eleitoral ou cometeram atos ilícitos de corrupção.

Certo de que a presente Proposta em muito contribuirá para que o povo brasileiro possa ser agente participador, confio no espírito público dos ilustres Pares, aguardando sua melhor acolhida.

Sala das Sessões,      de                      de 2005.

**DEPUTADO BABÁ - PSOL/PA**

**DEPUTADA LUCIANA GENRO - PSOL/RS**



2AE7DF7544

**DEPUTADO JOÃO ALFREDO - PT/CE**

ACPléb. 100



2AE7DF7544